

S  
UFRJ/IEI  
TD323

043129-X

# TEXTO PARA DISCUSSÃO

Mercado de Trabalho  
Metropolitano no Brasil:  
Diferenciação, Evolução e  
Perspectivas<sup>1</sup>

Nº 323

João Saboia<sup>2</sup>

Instituto de Economia Industrial  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Economia Industrial

**Mercado de Trabalho  
Metropolitano no Brasil:  
Diferenciação, Evolução e  
Perspectivas<sup>1</sup>**



43 - 016793

Nº 323

**João Saboia<sup>2</sup>**

Março de 1995

---

1- Trabalho preparado para o Fórum Nacional do IPEA "O Novo Mapa da Economia Brasileira: Desafios do Planejamento Regional", Rio de Janeiro, 22/24 de novembro de 1993.

2- Professor titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

texto para discussão - iei/ufrj 1



# Instituto de Economia Industrial - IEI/UFRJ

*Diretor* José Ricardo Tauile  
*Coordenador de Ensino* Carlos Aguiar de Medeiros  
*Coordenador de Pesquisa* João Luiz Maurity Saboia  
*Coordenador de Publicações* David Kupfer  
*Supervisão* Glaucia Aguiar  
*Projeto Gráfico* Ana Cecília Bedran  
Glaucia Aguiar  
Jorge Amaro  
Ana Lucia Ribeiro  
Jorge Amaro  
Célio de Almeida Mentor  
Luiz Jorge de Araújo Góes  
Olávio da Silva Inácio

## Ficha Catalográfica

SABOIA, João Luiz Maurity

Mercado de trabalho metropolitano no Brasil: diferenciação, evolução e perspectivas. / João Saboia. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995.

30p.; graf. 21 cm. -- (Texto para Discussão. IEI/UFRJ; 323)

"Trabalho preparado para o Forum Nacional do IPEA: O novo mapa da Economia Brasileira ... em nov. de 1993.

1. Mercado de Trabalho- Brasil, 1980-. 2. Trabalho e Trabalhadores. 3. Salário- Brasil. 4. Desemprego- Brasil. I. Título. II. Série

UFRJ / FEA - IEI  
BIBLIOTECA

## 1-Introdução

Grosso modo, a evolução da economia brasileira a partir do início dos anos oitenta pode ser dividida em quatro triênios. Entre 1981 e 1983, houve um intenso processo recessivo a partir dos desequilíbrios externos e da política econômica implantada para sua correção. O resultado foi uma queda de 2,1% do PIB ao ano.

Entre 1984 e 1986, a economia voltou a crescer segundo as taxas históricas, atingindo 7,0% ao ano. Tal performance deveu-se, inicialmente, à elevação das exportações, seguindo-se a recuperação do mercado interno, que culminou com o Plano Cruzado em 1986.

O triênio 1987/89 representou um forte recuo do crescimento do PIB, que baixou para 2,2% ao ano. Corresponde à segunda metade do governo Sarney, representando a política do *stop and go* e a explosão inflacionária.

Finalmente, a economia voltou a apresentar nova queda do ritmo da atividade econômica a partir do início do governo Collor, com redução de 1,5% ao ano entre 1990 e 1992.

Considerado todo o período, observa-se um crescimento anual do PIB de apenas 1,3%, insuficiente para acompanhar o crescimento populacional da ordem de 1,9% ao ano, acarretando uma redução do PIB per capita entre 1981 e 1992.

O mercado de trabalho acompanhou as idas e vindas da economia. O setor produtivo procurou adaptar-se à crise econômica, introduzindo novas técnicas de produção, enxugando seus quadros e iniciando um importante processo de terciarização.<sup>1</sup>

Neste texto abordaremos alguns aspectos das transformações ocorridas no mercado de trabalho urbano a partir da análise das principais metrópoles brasileiras - São Paulo; Porto

3- Sobre as transformações no mercado de trabalho na década de oitenta veja Cacciamali(1988 e 1989) e Saboia(1986 e 1993). Sobre o processo de terciarização na economia veja Vasconcellos(1992) e CUT(1993).



Alegre; Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Salvador e Recife. Discutiremos a tendência verificada em relação à redução da importância da mão-de-obra assalariada, assim como a precarização das relações de trabalho medida pela queda do assalariamento com carteira de trabalho assinada.<sup>4</sup> Discutiremos ainda aspectos relativos ao desemprego e à remuneração do trabalho. A fonte de dados é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) e o período considerado, 1982/92.<sup>5</sup>

**Um resultado defendido neste artigo de fundamental relevância para o planejamento urbano é que, apesar da existência de importantes diferenças nos mercados de trabalho locais, as transformações ocorridas nas distintas regiões tendem a apresentar resultados semelhantes.** Portanto, procurando responder às indagações de Francisco de Oliveira<sup>6</sup>, a evolução do mercado de trabalho, a partir do início dos anos oitenta, sugere que as políticas econômicas “nacionais” apresentam resultados “nacionais” com poucas diferenças regionalmente. Assim, do ponto de vista do mercado de trabalho, as regiões **não** “existem com autonomia”, representando, portanto, apenas “regionalizações do que é nacional”.

## 2. Análise do Mercado de Trabalho

A discussão inicial procurará caracterizar algumas diferenças nos mercados de trabalho metropolitanos, associando-as ao nível de desenvolvimento econômico de cada região. Posteriormente, serão discutidas as transformações ocorridas a

4- Para simplificar a discussão adotamos neste artigo uma noção de “mercado de trabalho” mais ampla que a economia ortodoxa, incluindo não apenas os assalariados, mas também os trabalhadores por conta própria, considerados usualmente como pertencentes ao “mercado de produto”.

5- Os dados da PME só tornaram-se homogêneos a partir de 1982. Veja IBGE(1990).

6- Veja Oliveira(1993).

partir do início da década de oitenta, procurando-se apontar para suas semelhanças.

Dependendo da intensidade do assalariamento encontrada nas seis regiões metropolitanas analisadas, elas podem ser divididas em três grupos.

Cabe inicialmente separar o caso de São Paulo, principal centro metropolitano do país, onde o mercado de trabalho é mais desenvolvido. O percentual médio de trabalhadores com carteira assinada no período 1982/92 atinge 62,2% e o assalariamento total - incluindo os trabalhadores sem carteira - chega a 79,0%, destacando-se entre as regiões metropolitanas pesquisadas. O percentual de trabalhadores por conta própria é o menor entre as seis regiões - 16,1% (Tabela 1).

O segundo grupo é representado pelas outras regiões metropolitanas do Sul-Sudeste do país - Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A taxa global média de assalariamento nestas regiões no período varia entre 72,9% em Belo Horizonte e 74,9% em Porto Alegre, enquanto os trabalhadores por conta própria situam-se entre 20,1% em Porto Alegre e 22,7% no Rio de Janeiro. Existem, entretanto, diferenças importantes entre as três regiões. A taxa média de assalariamento com carteira assinada em Porto Alegre é bem mais elevada (61,5%), aproximando-se do valor de São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro e Belo Horizonte ela reduz-se a 53,8% e 53,6% respectivamente. Conseqüentemente, o percentual de empregados sem carteira assinada é bem maior no Rio de Janeiro e Belo Horizonte (19,3%) do que em Porto Alegre (13,4%). Conclui-se, portanto, que as diferenças entre as três regiões deste grupo favorecem Porto Alegre.

O terceiro grupo corresponde às duas regiões metropolitanas do Nordeste - Salvador e Recife -, onde a situação é significativamente mais desfavorável. As taxas de assalariamento nestas regiões são mais baixas, ao mesmo tempo em que cresce a importância do assalariamento sem carteira assinada. O assalariamento global médio do período atinge 69,1%

em Recife e 69,7% em Salvador. A participação dos empregados com carteira assinada é bem mais elevada em Salvador (49,1%) que em Recife (44,0%). As duas regiões possuem as maiores taxas de assalariamento sem carteira, especialmente Recife com 25,1% (Tabela 1). As duas regiões também possuem as maiores taxas médias de trabalhadores por conta própria - 27,1% em Salvador e 27,4% em Recife.

A situação mais favorável dos empregados com carteira assinada frente aos empregados sem carteira e aos trabalhadores por conta própria pode ser constatada por seus níveis de

*Tabela 1*

População Ocupada por Posição na Ocupação  
Regiões Metropolitanas - 1982/92

(%)

	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
Empregados	79,0	74,9	73,1	72,9	69,7	69,1
.com carteira	62,2	61,5	53,8	53,6	49,1	44,0
.sem carteira	16,8	13,4	19,3	19,3	20,6	25,1
Trabalhadores por conta própria	16,1	20,1	22,7	22,1	27,1	27,4

*Fonte:* PME/IBGE.

Obs.: Percentuais obtidos pelas médias das taxas mensais do período 1982/92. A soma dos percentuais dos empregados e trabalhadores por conta própria é inferior a 100% pela exclusão dos empregadores e trabalhadores não-remunerados.

remuneração consideravelmente superiores. Por outro lado, os rendimentos dos trabalhadores por conta própria superam os obtidos pelos assalariados sem carteira assinada<sup>7</sup>.

Os trabalhadores por conta própria recebem entre 50% e 80% dos salários pagos aos empregados com carteira, enquanto os empregados sem carteira recebem entre 28% e 61% dos salários dos empregados com carteira assinada, dependendo da região considerada. Porto Alegre é a região com menores

*Tabela 2*

Rendimentos do Trabalho por Posição na Ocupação  
Regiões Metropolitanas - 1982/92

(% em relação aos empregados com carteira assinada)

	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
Empregados com carteira	100	100	100	100	100	100
Empregados sem carteira	48	61	41	36	28	36
Trabalhadores por conta própria	76	80	62	60	50	52

*Fonte:* PME/IBGE

Obs.: Percentuais obtidos pelas médias das relações entre os rendimentos nominais mensais do período 1982/92.

7- A situação mais favorável dos empregados com carteira assinada também pode ser medida por seus ganhos indiretos, tais como o acesso aos benefícios da previdência social, ao FGTS, ao seguro-desemprego, etc.



diferenciais de rendimentos entre os três grupos. Salvador apresenta os maiores diferenciais (Tabela 2).

Os diferenciais regionais entre os três grupos de trabalhadores podem ainda ser analisados comparando-os com aqueles que recebem as melhores remunerações, i.e., os empregados com carteira assinada de São Paulo. Os resultados são bastante distintos. Os empregados com carteira assinada recebem entre 61%, em Recife, e 80%, no Rio de Janeiro, relativamente aos empregados com carteira assinada em São Paulo. Os trabalhadores por conta própria recebem entre 31%, em Recife, e 76%, em São Paulo, dos rendimentos dos assalariados com carteira em São Paulo. Finalmente, entre os empregados sem carteira assinada, os percentuais variam entre 21%, em Recife, e 48%, em São Paulo (Tabela 3).

Considerando-se os casos extremos, verifica-se que um empregado com carteira assinada em São Paulo recebe em média cinco vezes mais que um empregado sem carteira assinada em Recife. Estes números atestam as grandes diferenças de rendimentos do trabalho entre categorias de trabalhadores e entre as regiões do país.

Quanto ao desemprego, os dados mostram valores relativamente baixos, tendo em vista a dimensão da crise econômica dos últimos doze anos. As taxas médias variam entre 4,8% no Rio de Janeiro e 6,7% em Recife. Curiosamente, as taxas encontradas nas regiões mais desenvolvidas do Sul/Sudeste tendem a ser inferiores às obtidas no Nordeste. Estes dados confirmam a pouca importância do desemprego aberto no Brasil em função da facilidade de inserção (precária) no mercado de trabalho, seja através do emprego sem carteira assinada ou do trabalho por conta própria<sup>8</sup>.

8- O desemprego aberto medido pela PME representa a situação em que o indivíduo está desempregado, tendo tomado alguma providência na semana de referência da pesquisa no sentido de encontrar algum tipo de ocupação. A prática no Brasil mostra que tal situação é pouco frequente. Em geral as pessoas aceitam qualquer tipo de ocupação, mesmo que ela represente uma situação típica de subemprego.

Houve fortes flutuações na participação das três categorias analisadas no mercado de trabalho metropolitano nos últimos anos. Os movimentos estão claramente associados ao comportamento da economia. No início da década há uma tendência de redução do assalariamento com carteira e crescimento do emprego sem carteira e do trabalho por conta própria. Este movimento inverte-se entre 1984 e 1986, quando houve forte recuperação da economia. As modificações são menos intensas entre 1987 e 1989. No início dos anos noventa ocorre nova queda da importância do emprego com carteira, elevando-se a participação

Tabela 3

### Rendimentos do Trabalho por Posição na Ocupação Regiões Metropolitanas - 1982/92

(% em relação aos empregados com carteira assinada em São Paulo)

	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
Empregados com carteira	100	77	80	74	81	61
Empregados sem carteira	48	46	33	26	22	21
Trabalhadores por conta própria	76	61	50	44	39	31

Fonte: PME/IBGE

Obs.: Percentuais obtidos pelas médias das relações entre os rendimentos nominais mensais do período 1982/92.



do assalariamento sem carteira e, principalmente, do trabalho por conta própria (Figuras 1 a 6).

São Paulo é um caso exemplar. O emprego com carteira assinada sofre forte redução até o terceiro trimestre de 1984, recuperando-se rapidamente até o primeiro trimestre de 1986. A partir daí alternam-se pequenas flutuações até o início de 1990, quando se inicia novo processo de redução de sua importância. O ano de 1992 apresentou as menores taxas de participação do emprego com carteira desde o início da coleta dos dados em 1982. O emprego sem carteira assinada, que havia se elevado no início da década, passou por forte processo de redução até 1989. Desde então voltou a crescer, atingindo em 1992 níveis próximos aos de 1982. Quanto ao trabalho por conta própria há uma nítida tendência de crescimento no período, com retração apenas em 1985 e 1986, anos de maior crescimento da economia. A participação do trabalho por conta própria em 1992 era a maior de todo o período, superando, inclusive, o emprego sem carteira assinada (Figura 1).

Fazendo-se uma retrospectiva da evolução encontrada em São Paulo na última década observa-se um nítido retrocesso. O emprego com carteira assinada foi substituído pelo trabalho por conta própria, onde a remuneração média é bem inferior. Quanto ao emprego sem carteira, o resultado líquido de sua flutuação foi um retorno à situação do início da década passada.

O movimento ocorrido em São Paulo repete-se com maior ou menor intensidade nas outras regiões metropolitanas. Cabe destacar o crescimento da importância do trabalho por conta própria, especialmente a partir de 1990. Em todas as regiões seus percentuais em 1992 eram os mais elevados da década. A intensa redução da importância relativa do assalariamento com carteira assinada a partir de 1990 é uma constante. Além de São Paulo, também em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador eram encontrados em 1992 os menores percentuais de empregados com carteira assinada da década. O crescimento do

assalariamento sem carteira assinada no início dos anos noventa também é generalizado. **Apesar da existência de algumas pequenas diferenças é surpreendente a semelhança do formato geral das Figuras 1 a 6, que representam as seis regiões metropolitanas estudadas<sup>9</sup>.**

Quanto à evolução dos rendimentos destacam-se suas fortes flutuações no período analisado. O ano mais favorável para as três categorias foi 1989, apesar da aceleração inflacionária. O ano mais desfavorável depende da categoria analisada. Para os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria foi 1984, refletindo a crise do início dos anos oitenta e o conseqüente inchamento do setor informal. Para os empregados com carteira assinada 1991 representou a pior situação, tendo em vista a má performance da economia e a política salarial do governo Collor (Figuras 7 a 12).

A evolução dos rendimentos tende a acompanhar o ciclo econômico para as três categorias - queda entre 1982 e 1984, recuperação entre 1984 e 1989, e nova queda entre 1989 e 1992. As flutuações de rendimento podem ser ilustradas com três casos distintos. Os empregados sem carteira assinada em São Paulo tiveram um crescimento salarial de 85,6% entre 1984 e 1989. Os trabalhadores por conta própria em Porto Alegre elevaram seus ganhos em 96,3% no mesmo período. Em contrapartida, os empregados com carteira assinada no Rio de Janeiro experimentaram uma queda salarial de 36,3% entre 1989 e 1991.

O resultado líquido do período para os empregados com carteira assinada foi bastante desfavorável, tendo seus rendimentos caído em todas as regiões. Para os outros dois grupos a situação é diferenciada, havendo crescimento em algumas e queda em outras. De qualquer forma, cabe destacar que houve redução dos diferenciais de rendimentos entre as três categorias

9- A semelhança entre os dados do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte é gritante. Veja figuras 3 e 4.



analisadas em todas as seis regiões<sup>10</sup>. Pode-se ilustrar, por exemplo, com o caso dos empregados sem carteira assinada em São Paulo, que passaram de 43% dos rendimentos dos empregados com carteira, em 1982, para 60%, em 1992; ou ainda com o caso dos trabalhadores por conta própria do Rio de Janeiro, que passaram de 44% dos rendimentos dos empregados com carteira, em 1982, para 68%, em 1992 (Tabelas 4 e 5).

As taxas de desemprego também seguem a evolução do ciclo econômico, crescendo na crise e reduzindo-se nos períodos de recuperação da economia. Este comportamento é generalizado, independentemente do nível de desenvolvimento da região considerada. Em todas as regiões, as maiores taxas de desemprego foram encontradas em 1984, no momento de passagem da recessão para a recuperação econômica. Há substancial redução até 1986, permanecendo reduzidas até 1989. Naquele ano, as taxas de desemprego variavam entre 2,6% em Porto Alegre e 5,2% em Recife. Desde então houve crescimento em todas as regiões, tendo sido bastante forte em São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife (Tabela 6 e Figura 13).

Cabe destacar que, apesar da intensidade da crise do início dos anos noventa, as taxas de desemprego permaneceram abaixo do patamar atingido em 1984. Este dado sugere que, após anos de recessão, o mercado de trabalho metropolitano tornou-se mais ágil no ajustamento à crise, via crescimento dos mecanismos informais de inserção - o emprego sem carteira assinada e o trabalho por conta própria.

Em resumo, independentemente do nível de desenvolvimento econômico, a evolução do mercado de trabalho metropolitano nas diversas regiões do país apresenta uma

10- Exceto em Salvador, onde a relação de rendimentos entre empregados com e sem carteira assinada permaneceu constante no período e entre trabalhadores por conta própria e empregados com carteira assinada que, segundo os dados da PME, apresentou aumento do diferencial de rendimentos.

surpreendente semelhança com a substituição de empregados com carteira assinada por empregados sem carteira, e/ou trabalhadores por conta própria em períodos de recessão, e comportamento exatamente simétrico em períodos de recuperação. O resultado líquido da década analisada foi a redução da importância relativa dos empregados com carteira assinada e o crescimento do conjunto de trabalhadores por conta própria. Por outro lado, as taxas de desemprego têm

Tabela 4

Rendimentos do Trabalho dos Empregados sem Carteira Assinada - Regiões Metropolitanas - 1982/92

(% em relação aos empregados com carteira assinada)

	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
1982	43	62	39	31	32	35
1983	41	58	36	28	27	31
1984	38	54	35	29	24	28
1985	40	56	36	29	24	29
1986	48	65	40	36	20	37
1987	52	63	41	37	29	37
1988	47	55	42	35	27	36
1989	50	61	44	40	30	38
1990	53	64	43	42	30	41
1991	52	65	50	46	32	43
1992	60	67	47	40	32	39

Fonte: PME/IBGE

Obs.: Percentuais obtidos pelas médias anuais das relações entre os rendimentos nominais mensais.



acompanhado os movimentos conjunturais da economia nas diferentes regiões, permanecendo, entretanto, em níveis relativamente baixos comparativamente à intensidade da crise e à experiência internacional. Finalmente, o mercado de trabalho tem privilegiado os ajustes através dos níveis de rendimento, que têm se mostrado muito flexíveis ao longo do ciclo econômico.

Tabela 5

Rendimentos do Trabalho dos Trabalhadores por Conta Própria - Regiões Metropolitanas - 1982/92

(% em relação aos empregados com carteira assinada)

	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
1982	66	69	44	47	68	40
1983	64	69	50	42	40	39
1984	58	64	50	45	36	37
1985	65	68	56	50	38	41
1986	98	91	71	72	53	62
1987	87	88	69	68	56	58
1988	76	77	64	62	47	55
1989	83	90	70	70	54	67
1990	85	92	72	74	54	64
1991	81	88	73	71	52	60
1992	70	88	68	60	50	52

Fonte: PME/IBGE

Obs.: Percentuais obtidos pelas médias anuais das relações entre os rendimentos nominais mensais.

### 3. Perspectivas

Uma vez identificados os principais movimentos ocorridos nas diferentes regiões metropolitanas do país na última década, é preciso buscar formas de enfrentamento para as atuais dificuldades. Cabe inicialmente deixar claro que, apesar das diferenças regionais encontradas, a principal característica a ser destacada é a forte semelhança na evolução do mercado de

Tabela 6

Taxas de Desemprego  
Regiões Metropolitanas - 1982/92

(%)

	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
1982	6,2	5,4	6,6	7,2	6,2	7,4
1983	6,9	6,9	6,2	7,8	5,5	7,9
1984	7,0	7,1	6,8	8,4	7,6	8,9
1985	5,2	5,5	4,9	5,8	5,9	7,1
1986	3,5	4,0	3,5	3,8	4,5	4,4
1987	3,8	4,0	3,3	4,0	4,0	5,1
1988	4,1	3,7	3,1	4,1	4,6	5,5
1989	3,5	2,6	2,8	3,4	4,3	5,2
1990	4,7	3,8	3,5	4,2	5,3	5,6
1991	5,6	4,4	3,7	4,2	5,9	5,8
1992	6,7	5,7	3,9	4,7	6,6	8,7

Fonte: PME/IBGE

Obs.: Percentuais obtidos pelas médias anuais das taxas de desemprego mensais.

trabalho das diversas regiões. Sem querer desqualificar a possibilidade de se definir políticas dirigidas localmente, os resultados encontrados sugerem que a questão deve ser enfrentada de forma global, a partir de políticas nacionais de impacto generalizado.

A primeira tentação é sugerir o crescimento econômico como principal solução para as atuais dificuldades do mercado de trabalho. Não acreditamos que o crescimento da economia, considerado como medida isolada, seja uma solução. Em primeiro lugar, a reversão do quadro desfavorável requer taxas de crescimento elevadas durante um longo período, o que parece pouco provável no curto prazo frente aos atuais desequilíbrios macroeconômicos. Por outro lado, há que se reconhecer que, após vários anos de crise econômica, as empresas efetuaram uma série de modificações em seus processos de produção e de gestão da mão-de-obra em busca de maior competitividade, inclusive a partir da terciarização de parcela da produção de bens e serviços. Para se atingir os níveis de emprego anteriores à crise econômica, seria necessário um nível de produção bem superior ao obtido no passado. Há ainda que se considerar as taxas de crescimento demográfico das regiões metropolitanas, o que significa a entrada em massa de novos trabalhadores no mercado de trabalho no futuro. Apesar da queda verificada na última década, a taxa de crescimento populacional das nove regiões metropolitanas do país atingiu 2,4% ao ano entre 1980 e 1991<sup>11</sup>.

Os mecanismos de ajuste do mercado de trabalho apontam, por um lado, para a queda do emprego tipicamente formal, i.e., com carteira de trabalho assinada e, por outro, para a queda dos rendimentos em períodos de recessão. Portanto, torna-se necessária a definição de políticas que compensem tais movimentos.

Com relação à política salarial, a situação é extremamente complexa. O salário mínimo permanece em uma camisa de força.

11- Veja Ribeiro e Lago(1993).

Seu crescimento encontra-se inviabilizado pelas dificuldades enfrentadas atualmente pela Previdência Social e, em menor escala, pelos municípios mais pobres do país. Enquanto não for equacionada a equação previdenciária, muito pouco poderá ser feito para se elevar o salário mínimo. Quanto à política salarial em geral, a prioridade dada ao combate à inflação impede que se defina uma política ativa de crescimento dos salários. Qualquer tentativa mais ousada poderá significar uma nova aceleração inflacionária.

As maiores possibilidades parecem concentrar-se na reforma da atual legislação trabalhista. Estimativas feitas por diversos autores calculam os encargos trabalhistas em torno de 100% da folha de salários. Parcela destes encargos representam justas conquistas dos trabalhadores, tais como o descanso semanal remunerado, as férias, o 13º salário, a licença maternidade, etc, que não podem ser questionadas. Outra parcela, entretanto, representa gastos diretos efetuados pelos empresários, destacando-se a contribuição previdenciária e o FGTS.

O FGTS perdeu parte de seu significado após a criação do seguro-desemprego. Por outro lado, seu potencial para o aumento da rotatividade do trabalho é grande, uma vez que pode representar um 14º salário para o trabalhador demitido sem justa causa. Quanto à contribuição previdenciária, corresponde ao principal item do conjunto de encargos trabalhistas.

Propostas no sentido de modificações no FGTS têm sido feitas, inclusive pelo ex-ministro do trabalho, Walter Borelli. Da mesma forma tem sido proposto que a contribuição previdenciária deixe de ser calculada sobre a folha salarial, passando a incidir sobre o faturamento das empresas ou a partir de um imposto de âmbito geral<sup>12</sup>. Se tais propostas forem implementadas, poderá

12- Segundo dados da PNAD/IBGE, de cada dois trabalhadores apenas um contribui para a Previdência Social. A criação de um imposto de consumo, por exemplo, transformaria toda a sociedade em contribuintes efetivos.



haver uma redução de até 50% dos encargos trabalhistas sobre a folha salarial.

A redução dos encargos cobrados sobre a folha salarial não é uma garantia de crescimento na mesma proporção dos empregos com carteira assinada, mas certamente representa um incentivo à assinatura da carteira de trabalho. Cabe aqui recordar que cerca de dois terços dos empregados sem carteira de trabalho manifestam o desejo de possuir a carteira assinada<sup>13</sup> e que uma parcela poderia ser atendida a partir da redução dos encargos trabalhistas que incidem sobre a folha de salários e da criação de novos empregos com carteira assinada.

Quanto aos trabalhadores por conta própria, deveria ser criado algum mecanismo que os incentivasse a contribuir enquanto autônomos para a Previdência, mesmo que para isso seja necessária a instituição da Loteria da Previdência, distribuindo prêmios entre os contribuintes autônomos<sup>14</sup>. Não é preciso uma maior preocupação em transformá-los em empregados com carteira assinada, inclusive porque este não é o desejo da maioria dos trabalhadores por conta própria<sup>15</sup>. Por outro lado, a continuidade do processo de terciarização na economia poderá resultar em novo crescimento da parcela de trabalhadores por conta própria.

Finalmente, o desemprego pode ser enfrentado fortalecendo-se o atual seguro-desemprego e procurando associá-lo às atividades do SINE e das instituições formadoras de mão-de-obra, tais como o SENAI e o SENAC<sup>16</sup>. Da forma como

13- Veja Pero e Urani(1993).

14- Cabe lembrar que nada impediria que até mesmo empregados com ou sem carteira assinada pudessem contribuir enquanto autônomos, incentivados pela possibilidade de algum ganho na Loteria da Previdência.

15- Segundo Pero e Urani, op. cit., apenas um terço dos trabalhadores por conta própria desejam tornar-se empregados com carteira assinada.

16- Esta proposta é de autoria de José Paulo Chahad. Veja Azevedo e Chahad(1992).

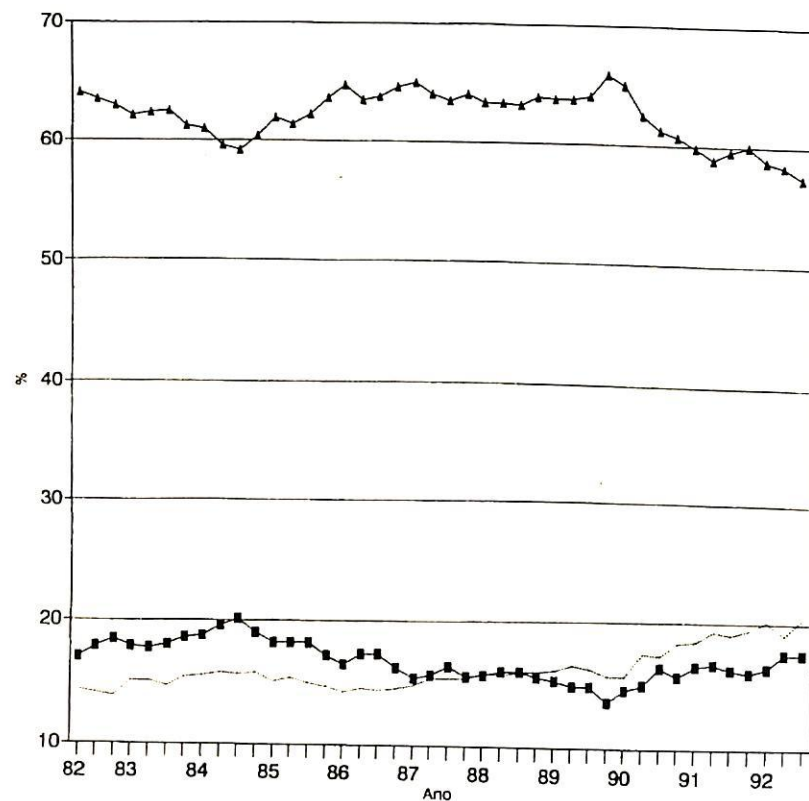
funciona atualmente, o seguro-desemprego representa um pequeno auxílio, de pequena duração, atingindo um pequeno número de desempregados<sup>17</sup>. O período de duração do desemprego poderia ser utilizado para reciclar o trabalhador através das instituições formadoras de mão-de-obra. Sua recolocação no mercado de trabalho poderia ser facilitada com a utilização do SINE.

As propostas esboçadas acima não representam a garantia de resolução dos atuais problemas enfrentados pelo mercado de trabalho urbano das diversas regiões do país, mas sua implementação pode contribuir para alguma melhora. Acreditamos que vale a pena continuar discutindo estas e outras propostas sobre o tema.

17- Segundo estimativas de Azevedo e Chahad (1992), o valor médio do benefício é inferior a dois salários mínimos, atingindo menos de 10% do total de desempregados. Na prática, o auxílio dura exatamente quatro meses, na medida em que não há qualquer mecanismo para se verificar se o desempregado encontrou emprego.

FIGURA 1

População Ocupada  
por Posição na Ocupação - São Paulo - 1982/92



Fonte: PME/IBGE (médias trimestrais)

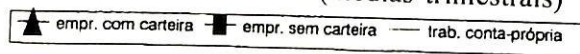
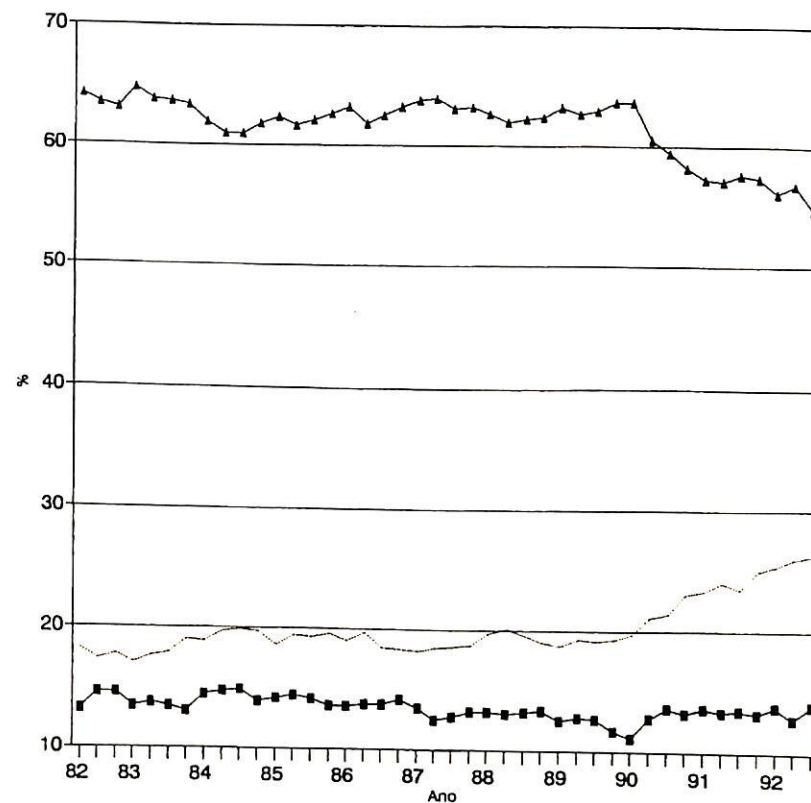


FIGURA 2

População Ocupada  
por Posição na Ocupação - Porto Alegre - 1982/92



Fonte: PME/IBGE (médias trimestrais)

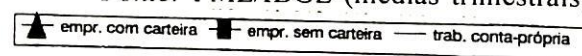
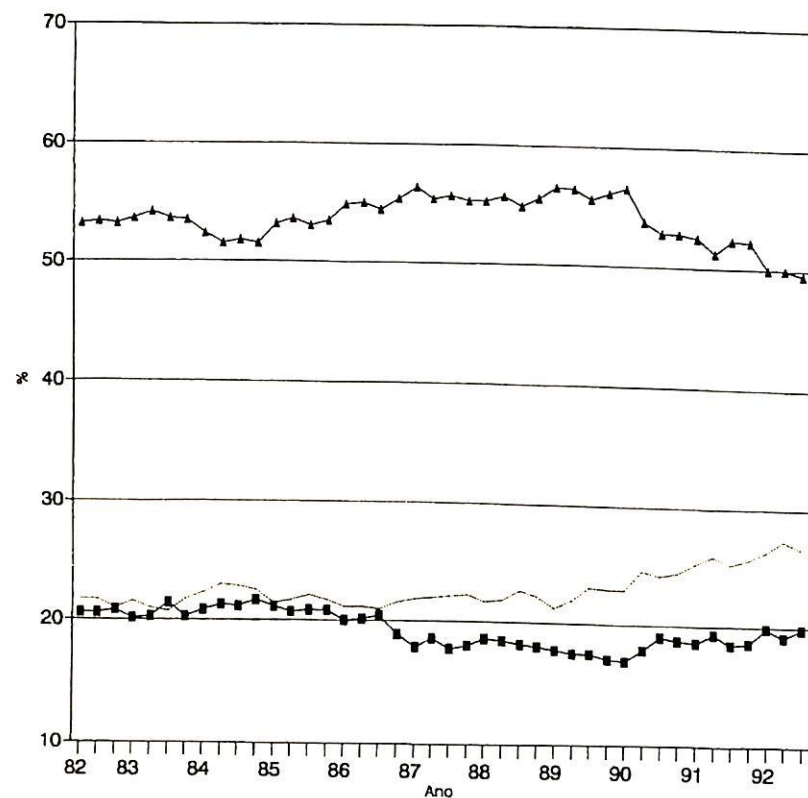




FIGURA 3

População Ocupada  
por Posição na Ocupação - Rio de Janeiro - 1982/92

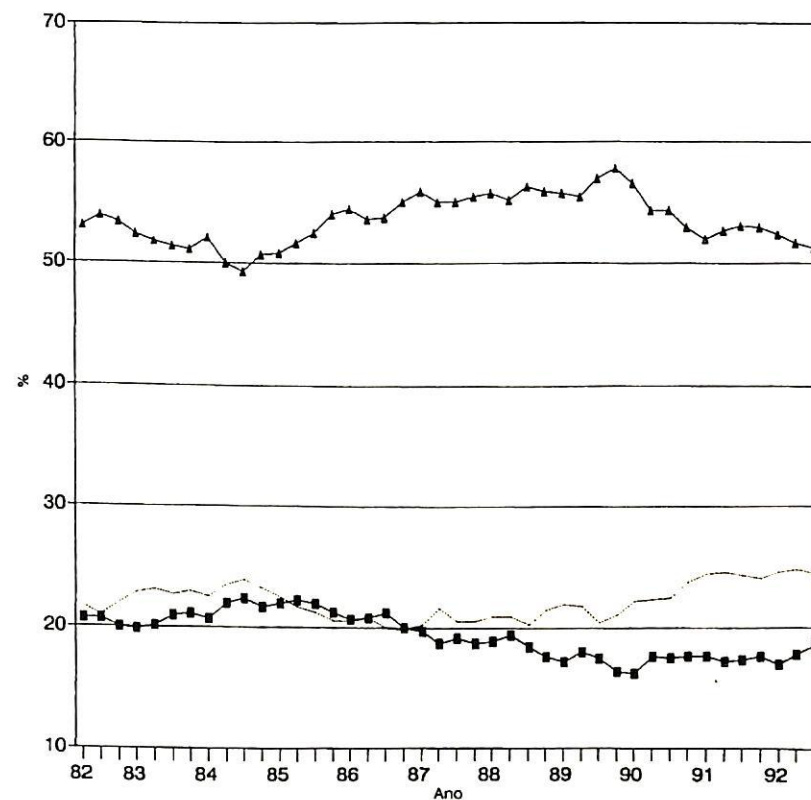


Fonte: PME/IBGE (médias trimestrais)

▲ empr. com carteira ■ empr. sem carteira — trab. conta-própria

FIGURA 4

População Ocupada  
por Posição na Ocupação - Belo Horizonte - 1982/92

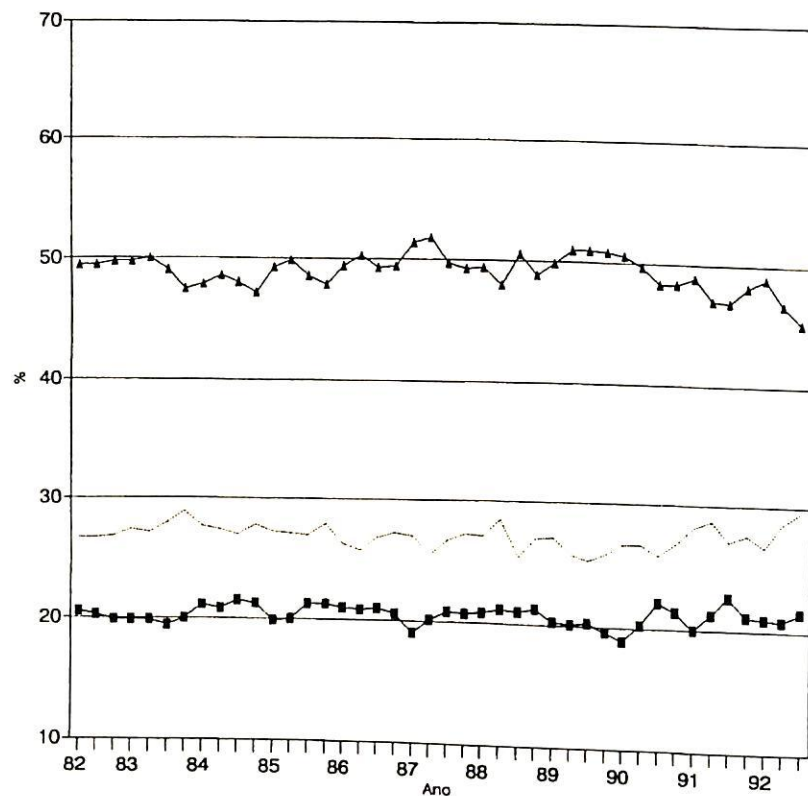


Fonte: PME/IBGE (médias trimestrais)

▲ empr. com carteira ■ empr. sem carteira — trab. conta-própria

FIGURA 5

População Ocupada  
por Posição na Ocupação - Salvador - 1982/92



Fonte: PME/IBGE (médias trimestrais)

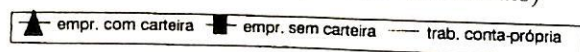
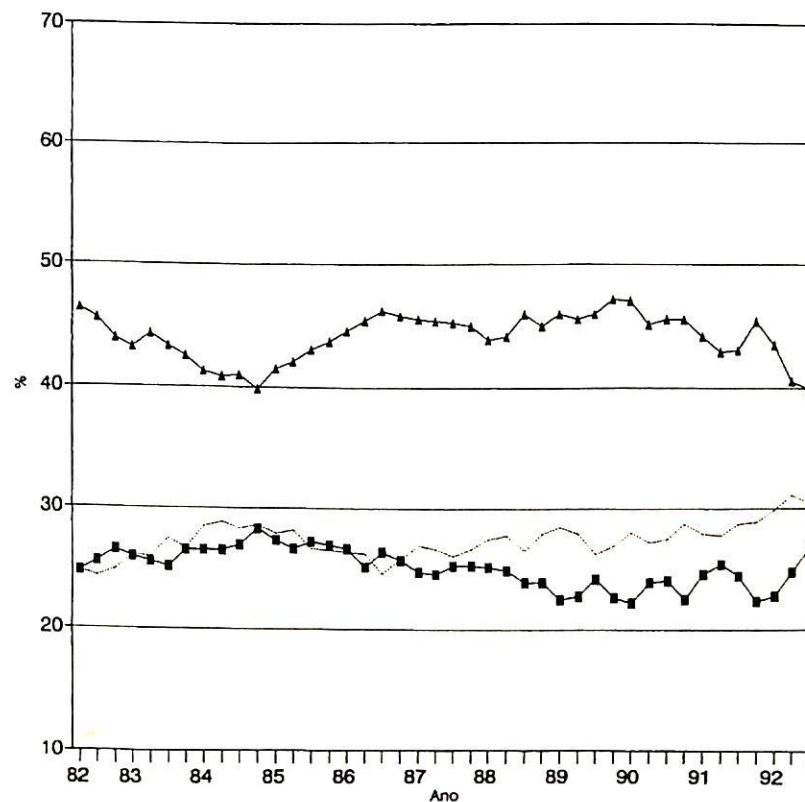


FIGURA 6

População Ocupada  
por Posição na Ocupação - Recife - 1982/92



Fonte: PME/IBGE (médias trimestrais)

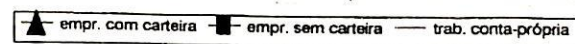




FIGURA 7

Rendimento Médio Real - São Paulo  
1982/92 (médias trimestrais)

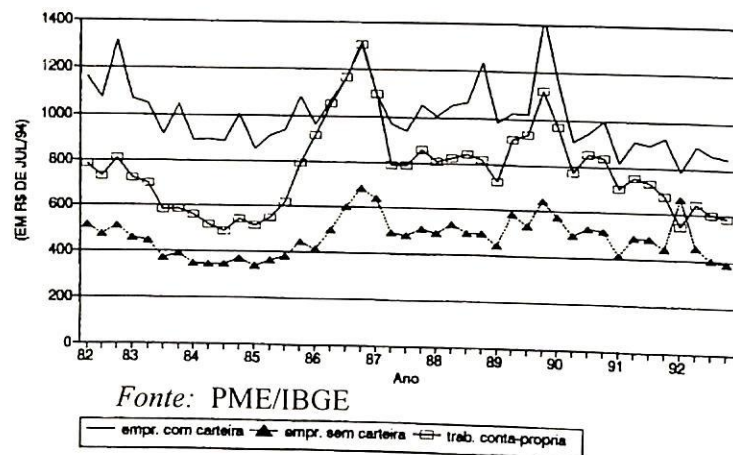


FIGURA 8

Rendimento Médio Real - Porto Alegre  
1982/92 (médias trimestrais)

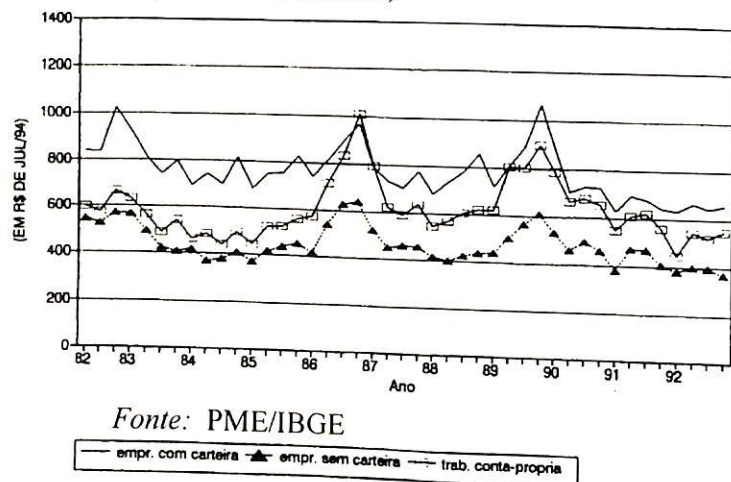


FIGURA 9

Rendimento Médio Real - Rio de Janeiro  
1982/92 (médias trimestrais)

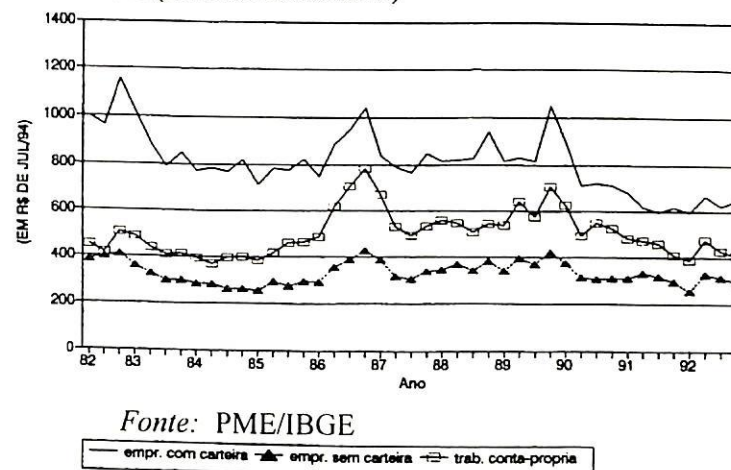


FIGURA 10

Rendimento Médio Real - Belo Horizonte  
1982/92 (médias trimestrais)

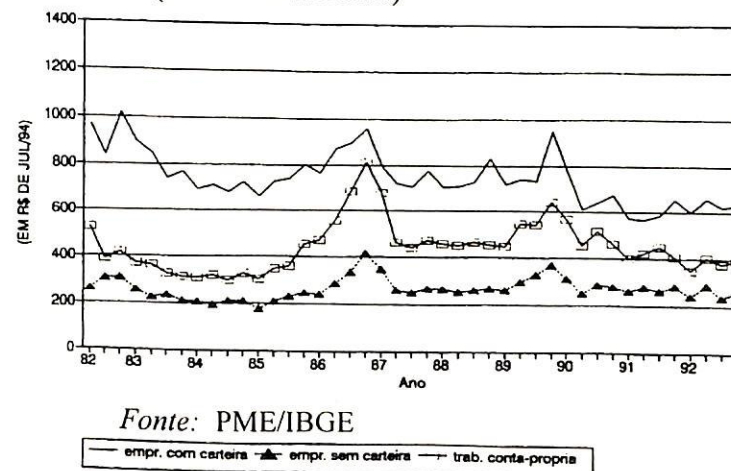
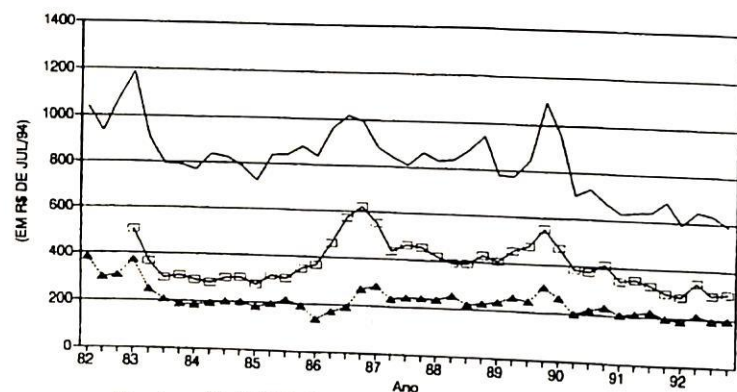


FIGURA 11

Rendimento Médio Real - Salvador  
1982/92 (médias trimestrais)



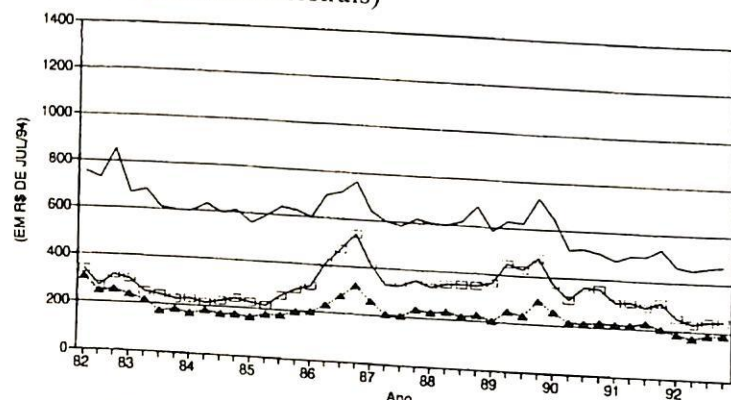
Fonte: PME/IBGE

— empr. com carteira —▲— empr. sem carteira —□— trab. conta-propria

Obs: Os dados relativos ao ano de 1982 apresentam problemas.

FIGURA 12

Rendimento Médio Real - Recife  
1982/92 (médias trimestrais)

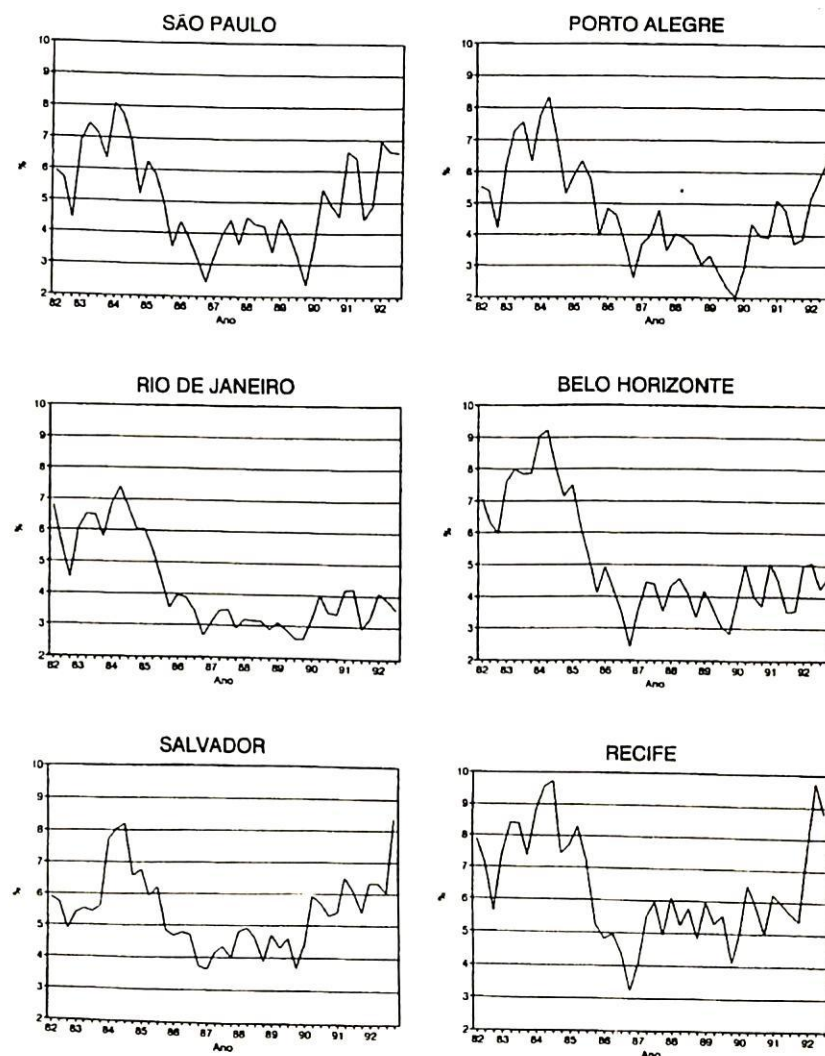


Fonte: PME/IBGE

— empr. com carteira —▲— empr. sem carteira —□— trab. conta-propria

FIGURA 13

Taxas de Desemprego nas Regiões Metropolitanas



Fonte: PME/IBGE (médias trimestrais - 2º/82 a 3º/92)



## Bibliografia:

- AZEVEDO, B. e CHAHAD, J. P., "O Programa Brasileiro de Seguro-Desemprego: Diagnóstico e Sugestões para o seu Aperfeiçoamento", *Texto para Discussão*, nº 278, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 1992.
- CACCIAMALLI, M. C., "A Estrutura Regional do Emprego no Brasil ao Longo da Década de Oitenta: Tendências a Maior Assalariamento", in Sawyer, D., org., *PNADs em Foco*, Belo Horizonte, ABEP, 1988.
- CACCIAMALI, M.C., "Expansão do Mercado de Trabalho Não-Regulamentado e Setor Informal no Brasil", *Estudos Econômicos*, vol. 19, número especial, 1989.
- CUT, *Os Trabalhadores e a Terciarização*, Sindicatos Metalúrgicos do ABC Rumo à Unificação, São Paulo, 1993.
- IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego: 1982-89, *Estatísticas Básicas: Séries Retrospectivas*, nº 1, Rio de Janeiro, 1990.
- OLIVEIRA, F. de, *Região, Nação e Globalização: É uma Rima. É Solução?*, mimeo, 1993.
- PERO, V. L. e URANI, A., "Os Trabalhadores Informais Querem Emprego com Contrato Formal de Trabalho?", in *Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, ABET, Rio de Janeiro, setembro de 1993.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e LAGO, L. C. do, *Dinâmica Metropolitana e Novos Padrões de Desigualdade Social*, mimeo, 1993.
- SABOIA, J., "Transformações no Mercado de Trabalho durante a Crise - 1980/83", *Revista de Economia Política*, vol. 6, nº 3, julho/setembro de 1986.
- SABOIA, J., "Travail, Revenu et Pauvreté dans les Années 1980" *Problèmes d'Amérique Latine*, nº 9, abril/junho de 1993.
- VASCONCELLOS, G. M., "Estratégia Empresarial, Terceirização e Parceria", *Suma Econômica*, nº 158, dezembro de 1992.

## Últimos textos publicados

322. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Explorations into the concept of liquidity preference. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (44 pág.)
321. STUDART, Rogério. The efficiency of the financial system to development. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (22 pág.)
320. GONÇALVES, Reinaldo. Transformações globais, empresas transnacionais e competitividade do Brasil. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (44 pág.)
319. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Sorting the issues out: the two debates (1936/37, 1983/86) on Keynes's finance motive revisited. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (32 pág.)
318. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Independence of central banks: a critical assessment of the arguments. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (14 pág.)
317. GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Indicadores do desempenho econômico das instituições privadas de ensino. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (22 pág.)
316. VASCONCELOS, Luiz Leite de. Primórdios do comércio de pau-brasil. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (41 pág.)
315. MACHADO, João Bosco. GATT 1994: Uma avaliação dos principais acordos e dos impactos sobre a política comercial brasileira. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (43 pág.)
314. SABOIA, João. Trabalho e renda no Brasil na década de oitenta. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (33 pág.)
313. ARAÚJO, J. L. Are technology diffusion processes inherently historical? IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (27 pág.)